



China: estratégias de modernização alternativa

China: Alternative Modernity

* Anna Jaguaribe

Resumo

Este artigo argumenta que a China é um caso único de transformação de economia centralizada em economia de mercado. As classificações teóricas usuais de capitalismo de estado VS mercado são parcas para explicar o processo de reforma da economia chinesa. A singularidade do caso chinês advém de múltiplos fatores entre os quais: uma história alternativa de formação tanto do Estado como do Mercado, circunstâncias internacionais únicas, uma arguta visão de futuro associada ao planejamento estratégico. O sucesso econômico da China, dificilmente duplicável, se explica também pelos constantes ajustes, adaptações e inovações institucionais ao longo do processo de reforma. Este artigo argumenta que os novos desafios da China estão não tanto no desenvolvimento de um arcabouço institucional apropriado a economia de mercado, mas sim na transformação e adaptação dos instrumentos de política e das capacidades desenvolvidas durante a fase de *cathing up* para políticas e capacitações apropriadas para uma economia de serviços e de inovação.

Palavras-chave: Economia, Estado, Mercado, Estratégia.

Abstract

This paper argues that China has pursued a unique institutional and reform path, which distinguishes it from other experiences of transformation of command economies into market economies. Theoretical classifications of market and state led capitalism are poor analytical tools to explain China's reform path. It's uniqueness derives partly from an alternative history of modernization and of State and market development but also from: fortuitous international circumstances, political foresight and strategic planning. China's high performance is not easily duplicated and part of this success derives from a "just in time" pattern of institutional innovation and critical revision. This article argues that contrary to mainstream analysis, China's present challenges lies not on the absence of appropriate institutions for a market society, but in the adaption of policy instruments and capacities developed for the "cathing up" stages into governance mechanisms required for a service and innovation economy.

Keywords: Economy, State, Strategy and Marketplace.

* Anna Jaguaribe é socióloga, Professora Visitante do Instituto de Economia da UFRJ, Programa de Políticas Públicas e Estratégias e Desenvolvimento e Diretora do IBRACH, Instituto de Estudos Brasil China. E-mail: ajaguaribe@yahoo.com.br

Introdução

Um dos pontos em comum entre economistas e analistas políticos das relações contemporâneas é a construção de explicações abrangentes sobre a diversidade de modelos de crescimento no mundo capitalista e as assimetrias entre poder econômico e político nas relações internacionais.

A crise de 2008 traz à tona a diversidade entre as economias capitalistas tornando ainda mais urgente a análise sobre variedades de capitalismo incluindo, disparidades em formas de acumulação, modelos de crescimento e políticas de financiamento ao desenvolvimento entre as economias emergentes.

Não obstante a globalização do capital financeiro, as economias nacionais responderam a crise e aos estímulos financeiros e fiscais voltados para a recuperação da crise, de formas muito distintas. Foi evidente o peso dos mercados internos das economias emergentes como fator de crescimento. Ficaram claras as diferenças regionais entre os países emergentes nas suas inserções no mercado global. A crise consolida a integração econômica do leste da Ásia em torno da economia chinesa e expõe as múltiplas fragilidades do MERCOSUL e da União Européia.

A ascensão da China torna ainda mais relevante a indagação sobre tipos ideais e modelos de economias de mercado. É imperativo alargar para além do espaço euro-atlântico a leitura sobre formas e estratégias de desenvolvimento econômico.

Como argumenta Jin Canrong a ascensão da China como potencia econômica faz com que o Ocidente perca o monopólio da historicidade do progresso. Isto significa entender os limites do liberalismo econômico como etiologia do mercado e pesquisar o desenvolvimento econômico através de narrativas históricas de modernidades alternativas. Isto é, o longo século XVI europeu passa a ser tão relevante como marco de leitura histórica da modernização como a evolução do estado meritocrático na China e a economia regional tributária do Leste Asiático. (Canrong, 2011)

Neste contexto a China não é somente a nova potência econômica, mas também exemplo de uma trajetória de modernidade alternativa ao mundo euro-atlântico. O histórico de ascensão da China é parte integrante do seu sucesso, pois rompe com os entraves ao crescimento tradicionalmente atribuídos a nações periféricas, da mesma forma em que contradiz o modelo social democrático de crescimento de tradição europeia, difere de todas as transições do comunismo a economia de mercado e põe de cabeça para baixo muitas certezas sobre modelos de desenvolvimento e sobre o papel do planejamento em mercados globalizados.

A confirmação da China como centro produtivo global tem raízes históricas e institucionais que a fazem um caso em si. Como argumenta Perry Andersen (2010) a China é, em certo sentido, o que mais se aproxima do “novum”. Este “novum”, até muito pouco tempo era percebido como um milagre econômico ou como um exitoso arranjo político-econômico: o consenso de Beijing é pouco estudado como processo ou estratégia de desenvolvimento.

Até quase a crise de 2008 o desempenho econômico e tecnológico da China foi constantemente objeto de severas críticas no ocidente no que tange a organização institucional da economia e da sociedade. Apontava-se para o peso excessivo do Estado na economia, os limites do sistema bancário, e a precariedade de um código de leis que regulasse as atividades econômicas e oferecesse garantias à propriedade privada. Isto é, apontava-se para as falhas de um arcabouço organizacional das atividades econômicas tidas como brechas fundamentais para uma economia de mercado auto-sustentável.

A ausência ou parcialidade de regras sobre as operações do mercado faria com que o empresariado chinês fosse volátil e as transações econômicas pouco transparentes. O desempenho econômico percebido como fruto de investimentos externos, era tido como resultado da grande capacidade de trabalho da população, dos baixíssimos salários, da ausência de encargos sociais e da baixa valorização da moeda.

A leitura ocidental “mainstream” da economia chinesa muda conforme o sucesso da mesma e as crises nas economias ocidentais. Assim sendo, após os planos de estímulo e investimentos para combater a crise financeira de 2008 e o papel do Banco Central da China em garantir liquidez financeira no mercado Asiático, a China passa de exemplo de diversidade a exemplo de conduta. Da mesma forma, com o lançamento do décimo segundo Plano Quinquenal o mercado interno e o sistema nacional de inovações passam a ser mais estudados.

O sucesso da China é fruto de uma série de fatores históricos, políticos e culturais dificilmente duplicáveis. Uma tradição exitosa e milenar de comércio, combinada com uma inserção regional sem precedentes se associa a uma conjuntura internacional propícia durante e após a guerra fria. Porém o crescimento chinês é também resultado de um processo de reformas aprimorado que combina descentralização econômica com capacidade de planejamento estratégico e de uma política de crítica e de revisão constante dos rumos da economia, seus parâmetros e instrumentos e do contexto internacional em que este desenvolvimento ocorre.

Elementos que caracterizam a economia socialista de mercado.

O que vem a caracterizar a economia socialista de mercado? As classificações existentes de variedades de capitalismo são poucas frente à diversidade da China. Esta não se encaixa nem *by default* em modelos de economias de mercado liberal e nem mesmo em variações existentes de economia de mercado coordenada.

Seguindo cânones liberais, a China seria uma *wild card* do sistema capitalista. A propriedade privada é reconhecida como direito pela Assembléia do Povo, mas no mundo rural a terra é propriedade da aldeia e cedida aos “ocupantes/ proprietários.” O mercado de ações existe, mas é limitado, o sistema de crédito bancário e comercial foi o grande responsável pelo desenvolvimento da indústria e do consumo edilício, mas o sistema financeiro em si é desproporcionalmente pequeno para a economia.

O direito civil organiza o sistema de trocas do mercado e o sistema de patentes é desenvolvido e ágil. Os dados comparativos com o Brasil são interessantes. Em 2008 os dispêndios domésticos em P&D como percentagem do PIB são de 1.5% para a China e 1.1% para o Brasil. Já a participação do setor privado no financiamento a P&D varia de 70% do total para a China a 46,9% para o Brasil. (Ministério da Ciência e Tecnologia, 2011)

O mercado chinês está em constante expansão e há uma crença generalizada no mundo capitalista de que a participação no mercado chinês é fundamental para a prosperidade das empresas multinacionais e para o crescimento econômico mundial. Como comenta Stiglitz a suposta ausência de regras não parece comprometer o desempenho. (Stiglitz, 2012)

Os investimentos da China no exterior são essencialmente feitos por empresas estatais que obedecem a um planejamento detalhado relativo às suas estratégias de expansão global. Sem embargo, ao contrário do modelo de desenvolvimento Japonês e Coreano, o processo de abertura e reforma na China, incluindo as reformas das companhias Estatais (SOE) foram feitas com a contribuição do investimento direto estrangeiro em associação com os governos locais. (Naughton, 2007)

O fato de que a economia chinesa é a que mais cresce e a que menos se enquadra em definições e paradigmas tradicionais, indica o excepcionalismo chinês como também a necessidade de alargar o nosso prisma histórico e analítico no estudo da modernidade. Kissinger deixa muito claro este aspecto quando compara a singularidade do desenvolvimento chinês ao excepcionalismo americano. (Kissinger, 2011)

Considera-se também que a sociedade e a economia chinesa atuais são ainda espaços em transição de uma economia socialista para uma economia de mercado. Como aponta Naughton o processo de reforma na China pode ser visto como a complexa e diversificada estratégia de crescer para fora do plano. Neste contexto, a criação, acumulação e passagem de riqueza privada ocorrem há somente uma geração. (Naughton, 1995)

Na tentativa de identificar elementos explicativos a novidade que representa a ascensão da China ou elementos característicos do que poderia ser a economia socialista de mercado, os seguintes aspectos merecem maior atenção:

- A centralidade da questão tecnológica;
- As características organizacionais do processo de reforma, mormente a convivência entre planejamento estratégico e descentralização decisória;
- A criação de um consenso político em torno de aspectos centrais do processo de reforma;
- O processo de reinserção da China na economia regional e global.

A ideia de modernização alternativa e a centralidade da questão tecnológica

A China mais do que qualquer país priorizou a modernização tecnológica. Este foi um objetivo histórico desde a Segunda Guerra do ópio e uma narrativa central ao processo de construção nacional durante a revolução e reforma.

A historiografia recente sobre a China em particular os trabalhos de Wong (1997) e Arrighi (2007) no que diz respeito ao crescimento econômico, Elman (2006) ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia e Kuhn (2002) no que se relaciona com as origens do estado moderno na China avançam argumentos históricos importantes para uma análise da evolução da economia e da sociedade.

Entre outras contribuições, estes trabalhos avançam na análise das continuidades históricas e não somente das rupturas, como também na identificação de elementos endógenos e exógenos que influenciariam escolhas de políticas. Isto é, permitem ver por um lado como questões básicas como tecnologia, crescimento econômico, e administração pública são preocupações recorrentes que vão do império a revolução.

A crise do Império Qing se caracterizou entre outras razões pela exaustão da capacidade de acomodar a expansão populacional através de modificações engenhosas na irrigação, comércio e administração do excedente e também pela incapacidade de adequar o que hoje chamamos de sistema nacional de inovação a produção. Elman aponta especificamente para a falta de sinergia entre a cultura tecnológica dos arsenais e o mundo letrado da administração e da política que essencialmente era responsável pela gestão do mundo material. (Elman, 2005)

A dificuldade em gerar soluções inovadoras para os problemas do império resulta na capitulação frente às investidas imperialistas europeias. O rico debate reformista que tem como pano de fundo o exemplo do Japão Meiji e a reforma do arcabouço científico e tecnológico chinês foram interrompidos pela guerra e a revolução e voltam a tona somente no processo de reformas a partir dos anos 1980.

Os instrumentos utilizados no processo de reforma e abertura foram múltiplos, começando pela educação, com a criação de centros de excelência internacional dentro das antigas Universidade de Tsinghua, Beijing, Renmim, Fudan entre outras. Barry Naughton argumenta que o retorno aos exames universitários em 1982 foi tão importante para o processo de reformas como as aberturas comerciais. (Naughton, 2007)

Os novos centros de excelência funcionam em colaboração com a Academia de Ciências, reorganizada e com novos mecanismos de estímulo a P&D. Foi na Academia de Ciências que os esforços de computação da Legend /Lenovo se iniciam e culminam com a compra da IBM.

Uma segunda gama de instrumentos utilizados foi o incentivo à importação de tecnologias de ponta, a liberalização do comércio e introdução de tarifa zero para tecnologias informáticas assim como a política de estímulo a aplicação local de patentes estrangeiras.

Entre 1990 e 2005 o número de aplicações de patentes estrangeiras na China tem um crescimento anual de cerca de 21.5% e o número de patentes de invenções domésticas aumenta 16 vezes. Este enorme esforço faz com que hoje a China seja um dos países mais importante em aplicações de patentes de inovação, uso de computação, uso de internet e banda larga. (Angang, 2007)

A terceira vertente deste mesmo processo foi a criação das zonas especiais de produção e a abertura da economia para o investimento externo direto. O desenvolvimento da indústria da informática na China e o papel que esta veio a ter no processo de inovação são fundamentais. Como demonstram Breznitz e Murphree a China organizou-se para se beneficiar do processo de fragmentação ou modularização da produção informática e por sua vez terminou influenciando radicalmente o processo de produção e de globalização da mesma. (Breznitz e Murphree, 2011)

A transformação da China em centro de produção global está diretamente associada à maturação e expansão internacional deste sistema de produção fragmentada. A China hoje é o epicentro da rede de produção global de quase todos os setores industriais e as multinacionais mais avançadas tratam a China e seu impressionante leque de capacidades produtivas como o nódulo crítico das suas operações.

A produção fragmentada por sua vez induz inovações secundárias, capacidades de produção paralelas, economias de escala e criação de redes de serviços a cada etapa, alimentando enormemente o comércio inter firmas. Da mesma forma a persistência na busca da inovação secundária cria a propensão para inovação no sistema produtivo em geral e impulsiona a criação de centros de pesquisa e desenvolvimento associados à empresa.

É importante notar que ademais de construir um sistema nacional de inovação civil e hoje militar que tem como horizonte permanente a conquista da fronteira tecnológica, a China posicionou-se para usufruir de todos os possíveis benefícios da indústria da informática e como esta se manifesta hoje.

Isto é, ela veio a se beneficiar do fato que, uma porcentagem cada vez maior de crescimento econômico que advém da inovação tecnológica, se faz fora da área geográfica da inovação original.

A transformação da China em centro de inovações secundária e de maestria produtiva é de tal ordem que analistas americanos como Gary Pisano e Willy Shih hoje acreditam que a tendência americana de exportação de capacidade manufatureira compromete de forma decisiva o crescimento econômico americano. (Pisano e Shih, 2009)

Pisano e Shih defendem o retorno à manufatura como indispensável a preservação do *industrial commons* ou seja das capacidades tangíveis e intangíveis de produção e manufatura que garantem a existência do mundo da produção e a relação virtuosa entre produção, inovação e crescimento.

Ao transformar-se no centro da inovação secundária e ao mesmo tempo em um pólo de excelência científica a China re-equaciona a problemática entre ciência,

tecnologia e produção que fragilizou o império Qing e passa a reafirmar-se como um novo exemplo de avanço tecnológico entre países de industrialização tardia.

Em trabalhos que marcaram o pensamento sobre ciência tecnologia e desenvolvimento, Sanjaya Lall explica que a possibilidade de desenvolvimento autóctone em ciência e tecnologia no pós-guerra foi extremamente limitada por circunstâncias nacionais e internacionais. (Lall, 1996) Na sua avaliação, somente a Coreia e Taiwan teriam conseguido criar um parque nacional de ciência e tecnologia con-comitantemente com o esforço de desenvolvimento industrial. A China contraria estas expectativas e hoje está em vias de se transformar em uma potência inovadora em ciência e tecnologia.

O Planejamento

Esta trajetória não é explicável fora de uma análise das inter-relações entre planejamento de longo prazo, política industrial, e política de financiamento que permite os saltos de programa tais como os feitos no início das reformas em 1978 e depois em 1992.

Característico deste processo são as ondas de privatização e de centralização que se alteram nos anos 1980 e 1990 e que determinam a relação entre empresas e estado. Este processo culmina com a criação da SASAC em 2003. Hoje são as grandes estatais controladas pela SASAC que guiam o processo de globalização das atividades industriais da China.

Outra fundamental característica deste processo é a relação entre centralização decisória e autonomia regional que produz o que Breznitz, chama de: flexibilidade sistêmica e permite a existência de vários regimes de inovação. (Breznitz e Murphree, 2011)

Este mix de políticas e os grandes saltos na direção das reformas foram sempre precedidos por uma reflexão de cúpula sobre a posição da China (e do partido) no contexto da economia e geopolítica global. Foram as grandes reflexões sobre a queda do comunismo em 1986, que precedem a expansão da globalização da economia nos anos 1990 e mudam o rumo da economia no século XXI. David Shambaugh aponta para este fenômeno na sua análise sobre o papel do partido comunista e enfatiza como a leitura chinesa sobre o fim do comunismo europeu marcou um divisor de águas no processo de abertura e reforma. (Shambaugh, 2009)

O interessante para o observador nesta leitura institucional é que o Plano determina o longo prazo, mas é a descentralização e o constante ajuste combinados evidentemente com vantagens e características estruturais da economia, que explicam o *modus operandi* deste sucesso. O Plano é uma narrativa que serve tanto para fora como para dentro, mas serão os instrumentos de política de médio prazo que irão regular o quanto esta ambição se transforma em realidade. Fundamental a operacionalidade deste circuito virtuoso é a descentralização do sistema institucional chinês que

como argumentam Breznitz e Murphree estimula a experimentação e leva a inovação. (Breznitz e Murphree, 2011)

Bric a Brac Institucional e Grandes Consensos

A famosa frase de Deng Xiaoping: “não importa a cor do gato, o importante é que ele pegue o rato” reflete o fato pouco discutido que a reforma Chinesa foi um grande Bric a Brac institucional que se torna possível através do consenso em torno do crescimento econômico.

Barry Naughton (1995) aponta para o fato de os custos aceitáveis da reforma e sua trajetória pouco borrascosa se explicarem porque em 1978 a economia estava em um ótimo patamar para deslanchar seu crescimento contando com instituições, quadros administrativos e uma massa crítica de quadros técnicos todos compatíveis com o desenvolvimento da economia de mercado.

Segundo Naughton, de 1978 até a primeira década de 2000 o Partido Comunista Chinês colocou em prática uma ampla gama de políticas sociais e mudou todos os aspectos do sistema econômico, sempre tendo como objetivo central: o crescimento econômico. O famoso ditado de Chen Yun atravessar o Rio pisando nas pedras ilustra a preocupação em improvisar reformas institucionais que fossem adaptáveis aos requisitos do crescimento. (Naughton, 1995)

Quando confrontados com potenciais conflitos entre objetivos, a escolha foi sempre a favor do caminho de maior crescimento econômico. As decisões de manter o carvão como principal fonte de energia, a opção por grandes investimentos em capital fixo são características da prioridade atribuída ao crescimento rápido.

Os grandes consensos são fruto de debates e explicam também a flexibilidade entre o planejamento central e a experimentação local. A opção pelo Investimento Direto estrangeiro como instrumento de inovação é um exemplo da autonomia



regional no planejamento. Min Ye argumenta que no começo do processo de reformas os líderes chineses aspiravam emular o processo japonês e coreano de modernização que desassocia no processo de modernização capital e transferência de tecnologia. (Ye, 2009)

A opção pelo investimento direto segundo Min Ye, é o resultado da grande influência da diáspora chinesa e da sua rede de contatos com os governos locais. Por sua vez o sucesso da experiência local levou a opção pela intensificação de investimentos nos anos 1990. (Ye, 2009) Muitas motivações intervieram na opção pelo investimento direto mas certamente, é fundamental salientar que o investimento estrangeiro em questão provinha da elite empresarial da China que se desloca para a diáspora contrariamente ao caso do Japão e da Coreia onde a elite empresarial permanece no país, criando na Coreia o mecanismo do chaebol.

Reinserção Regional e Global

A sinergia entre planejamento e globalização que caracteriza o processo de reformas torna-se mais compreensível quando se analisa a reinserção da China nas cadeias de produção regional. Neste sentido, é lugar comum dizer que a China foi o grande beneficiado da Guerra Fria, pois no seu momento de *take off* industrial teve uma relação positiva com a União Soviética que estava no seu melhor momento de progresso tecnológico e a partir dos anos 1970 foi beneficiada por uma relação de cooperação com os Estados Unidos.

Na década de 1980 a China assume uma liderança regional que havia perdido para o Japão desde a Guerra Civil, mas que havia exercido com enorme sucesso desde o século XVI, como centro de um império tributário criando uma rede paralela de comércio e diásporas econômicas que será preciosa para o processo de abertura e reforma dos anos 1990.

A China de hoje é a etapa final de uma cadeia produtiva envolvendo os países vizinhos e circuitos globais. Ela importa mais do que exporta dos seus cinco principais vizinhos Coreia, Taiwan, Malásia, Tailândia e Japão e exporta para os Estados Unidos, União Europeia e Hong Kong. Claramente a relação produtiva com a diáspora facilitou a reinserção da China, mas esta tampouco seria possível sem a modalização da produção econômica global.

Conclusão: transição ou modelo?

A pergunta que se coloca neste momento é se estas características institucionais que garantiram o sucesso da reforma na China serão igualmente válidas para um cenário de mudança interna e externa radical.

O longo ciclo de globalização que beneficiou o desenvolvimento da China se transforma com a crise de 2008. A passagem de um país de renda média para uma

sociedade de bem estar e de gestão da inovação implica em escolhas internas e externas complexas. O mundo do *catching up* deixa de ser a referência fundamental e as escolhas de trajetórias tecnológicas, com consequências para o emprego e o crescimento econômico passam a ser igualmente importantes. Sai-se de um mundo em construção onde as situações *win/win* são numerosas para um mundo mais incerto de ganhos, mas muitas perdas.

Embora as metas estejam traçadas, existe um universo de imponderáveis questões, a começar pela urbanização chinesa que traz consigo mudanças de comportamento e conflitos sociais que requerem instrumentos de resolução até hoje não evidentes.

A economia chinesa ambiciona ser cada vez mais puxada pelo setor privado e os dados sobre inovação testemunham este fato. No entanto não é claro como as metas do décimo segundo plano se aplicam ao setor privado. A taxa de poupança da China, a maior historicamente dentre os países da região, foi uma opção estratégica e hoje o crescimento da própria economia tende a aumentar o espaço financeiro e com isto criar opções antes não existentes.

Finalmente a grande capacidade de compra e de investimentos externos da China encontra mercados mas também barreiras em todo o mundo. A resolução destes conflitos não pode prescindir de uma estratégia maior. A revisão da relação entre desenvolvimento nacional e política externa faz com que antes do desejado, a China tenha que modificar sua política internacional em prol do status quo. A China como segunda potencia econômica dificilmente poderá manter uma política externa de transformismo.

Conflitos necessariamente emergem da sua primazia econômica e da sua política de investimento e compras de commodities. Até agora a resposta a estes conflitos tem sido sempre a procura de uma solução econômica a eventuais disputas. Esta política de amenização da expansão econômica levou analistas como Giovanni Arrighi a hipótese de que a nova ordem internacional pós-Guerra Fria poderia efetivamente se caracterizar por um novo estilo de desenvolvimento regional/global que enfatiza o comercio como forma alternativa ao militarismo. (Arrighi, 2007)

O debate sobre a natureza da economia chinesa hoje é particularmente rico e aborda simultaneamente os problemas da economia e da sociedade contemporânea e os aspectos teóricos da construção de uma metodologia apropriada para explicar a longa narrativa da modernidade chinesa.

Os trabalhos de Cui Zhiyuan sobre a natureza da economia liberal socialista e a discussão de Wang Hui (2003) sobre as raízes da modernidade chinesa são dois exemplos importantes. (Zhiyuan, 2011) A riqueza do debate está entre outros aspectos no fato de que deixa para trás a prisão semântica sobre o enquadramento do mundo asiático nas definições do capitalismo e abre as portas para formas alternativas de pensar estratégias de expansão econômica em países de economias emergentes.

Referências bibliográficas

- ANDERSEN, P. (2010). Visão Periférica, *Revista Serrote*, Julho 2010.
- ANGANG, H. (2007). *Roadmap to China's Rising*, Tsinghua University.
- ARRIGHI, G. (2007). *Adam Smith em Pequim*, Boitempo.
- BREZNITZ, D.; MURPHREE, M. (2011). *Run of the Red Queen* Yale University Press.
- CANRONG, J. (2011). *Brasil e China na Reorganização das Relações Internacionais*, FUNAG.
- ELMAN, B. (2005). In *Their Own Terms* Harvard University Press.
- ELMAN, B. (2006). *A Cultural History of Modern Science in China*, Harvard university Press 2006
- HUI, W. (2003). *China's New Order*, Harvard University Press.
- KISSINGER, H. (2011). *On China*, Penguin Press.
- KUHN, P. A. (2002). *Origins of the Modern Chinese State*, Stanford University Press.
- LALL, S. (1996). *Learning from the Asian Tigers*. Macmillan.
- MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA (2011). Dados.
- NAUGHTON, B. (2007). *The Chinese Economy, Transition and Growth*, MIT Press.
- NAUGHTON, B. (1995). *Growing Out of the Plan*.
- PISANO, G.; SHIH, W. (2009). *Restoring American Competitiveness*, Harvard Business Review.
- SHAMBAUGH, D. (2009). *China's Communist Party*, University of California Press 2009.
- STIGLITZ, J. (2012). *Project Syndicate*. <<http://www.project-syndicate.org/>>
- WONG, R. B. (1997). *China Transformed*, Cornell University Press.
- YE, M. (2009). Policy Learning and Diffusion, *Journal of East Asian Studies*, volume 9, number 3, 2009.

